

Cidade Africana Contemporânea de Ocupação Colonial Portuguesa: Centro e Periferia. O Encontro com o Território.

Teresa Madeira da SILVA

ISCTE-IUL, DINÂMIA-CET

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel: 351 217903445. E-mail : teresa.madeira@iscte.pt

Palavras chave: Cidades africanas, Cidades de ocupação colonial portuguesa, Formal e informal, Centro e periferia.

Resumo

É aceite que nas cidades africanas actuais de ocupação colonial portuguesa se reconhecem dois tipos de estrutura urbana: por um lado, um tipo associado a uma estrutura planeada e consolidada, construída no período de ocupação colonial, por outro, um tipo distinto deste, que se desenvolveu, sobretudo no período pós-independência, com uma estrutura sem planeamento. Encontramos, assim, na maioria das cidades africanas de origem portuguesa uma estrutura dual: o centro urbano consolidado, construído no período colonial; e as zonas periurbanas nas margens do centro urbano com construções precárias, feitas de materiais naturais, e ocupando grandes extensões de território. Esta apresentação tem como argumento principal que, tanto, a estrutura desenvolvida no período colonial, como, a estrutura periférica não planeada, desenvolvida posteriormente, têm, na sua origem e desenvolvimento, relações com o território, reconhecendo-se em ambos os casos, estruturas urbanas adaptadas às condições locais. A partir da análise de casos de estudo de cidades africanas de ocupação colonial portuguesa, conclui-se que a escolha do sítio, tanto para um tipo de estrutura, como para outro é de importância capital. Conclui-se igualmente que a morfologia urbana, desenvolvida no período colonial cria relações com o território a partir de um eixo estruturador do tipo linear, normalmente paralelo à costa onde posteriormente, se desenvolvem estruturas viárias hierarquizadas para o interior. Por outro lado, a estrutura urbana periférica, (em grande parte, casas de habitação associadas a espaços de produção agrícola familiar) preenche um território fora dos centros urbanos, mas com alguma proximidade em relação a estes por razões económicas ou mesmo sociais.

Reconhece-se, aqui, igualmente uma hierarquia na estrutura urbana associada às condições locais: uma rede viária principal periférica constituída pelas vias de acesso à cidade, vias de acesso aos bairros em asfalto deteriorado, caminhos de acesso às habitações de terra batida e ainda outros caminhos mais estreitos e tortuosos, resultante do espaço não ocupado nos intervalos de novas construções.

Introdução⁴⁹

No contexto dos estudos urbanos das cidades de origem portuguesa, é comum aceitar que a prática que se processava no continente português foi de certa forma exportada para as cidades da expansão, podendo, desse modo, afirmar-se que a tradição e a prática vigente no continente na época (século XV), e em épocas anteriores e posteriores, foram o modelo que lhes serviu de base. Relativamente aos modelos que estiveram na génese das cidades africanas de origem portuguesa, vários são os autores que referem a influência da cidade medieval e renascentista portuguesa do continente. Segundo Orlando Ribeiro (1962, p. 45), “o primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece, onde todas as cidades têm um ar de família”. Nuno Portas também refere que nas fundações de origem portuguesa fundadas na América Latina, Portugal, Costas da Índia e de África existe uma “constância dos modelos urbanísticos adotados”, assim como a “relação com a civilização de origem (...)” (PORTAS, 1995, p. 430). Igualmente, José Manuel Fernandes sustenta que os núcleos urbanos em estudo têm “uma influência mais ou menos direta do povoamento português” (FERNANDES, 1989, p. 247). Também Manuel C. Teixeira refere que “(...) todas elas tinham o mesmo modelo de referência, o que lhes dava um carácter comum. Estes modelos de referência eram as cidades existentes construídas em Portugal” (TEIXEIRA; VALLA, 1998, p. 57). É igualmente aceite que o seu desenvolvimento foi dual para a maioria das cidades africanas de origem portuguesa. Segundo Isabel Raposo e Cristina Henriques, e referindo-se à cidade de Maputo em Moçambique, “o aglomerado cresce dual: por um lado a cidade de ‘cimento’ dos colonos e por outro o ‘caniço’, sem direito de cidadania, onde se acomodam os seus

⁴⁹ Este texto decorre de um texto publicado pela autora na revista *Urbe* sobre a Cidade de São Tomé. MADEIRA da SILVA, Teresa (2012). A Cidade Africana Contemporânea de Origem Portuguesa: São Tomé Pré e Pós-independência. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.4, n.2, pp.75-188. (ISSN: 2175-3369).

múltiplos servidores” (RAPOSO; HENRIQUES, 2005, p. 114). Também David Leite Viana reconhece essa dualidade ao apontar, relativamente à matriz da cidade africana, termos como: “colonial e o pós-colonial, o centro e a periferia, o formal e o informal, o regular e o irregular, a ordem e a desordem, o previsível e o imprevisível, o ordenado e o espontâneo, o macro e o micro, o global e o local, geometrias lineares e geometrias complexas. Esta é a raiz da condição de indefinição e transição que marca a Cidade Africana e que a consubstancia enquanto mosaico urbano plural e polimórfico” (VIANA, 2010, p. 5). Também Ilídio do Amaral, em artigo publicado sobre o sector informal em países de África subsaariana, afirma: “Está provado que nos países em desenvolvimento, com manifestas dificuldades do Estado e do sector dito formal darem respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supere essas faltas (...)” (AMARAL, 2005, p. 58).

Um dos aspetos que caracteriza as ocupações de origem portuguesa, também referido por diferentes autores e facilmente observável em várias cidades, é o facto de se verificarem em quase todas elas, características decorrentes da adaptação às condições locais, assim como de necessidades económicas, militares e de defesa. No caso das ilhas atlânticas, em cidades como o Funchal (na Ilha da Madeira), Angra do Heroísmo (no arquipélago dos Açores), ou a Cidade Velha (em Cabo Verde), ou cidades do continente africano, como Luanda (em Angola), Maputo e Beira (em Moçambique), só para citar algumas das mais importantes, podemos verificar que as condições físicas do território originaram escolha cujos objetivos já estavam preestabelecidos: boas condições para a implantação de um porto, acessibilidade para o interior do território, facilidade de plantar culturas rentáveis, defesa da cidade e abastecimento de água à população foram, como para as outras cidades costeiras do continente português, fatores determinantes para a escolha da localização. Também para as áreas não planeadas, situadas nas periferias dos centros urbanos, a maioria das soluções encontradas, apesar dos baixos recursos das populações, são respostas às condições locais e a aspectos de ordem económica, social e ambiental. Assim, em relação à cidade de São Tomé e segundo Ana Silva Fernandes, Sá e Póvoas (2011, p. 2), “a recorrente elevação do solo (apoiando o espaço habitável em estacaria de madeira ou em pilares) ou a portabilidade das edificações (permitindo o desmonte e transporte para outro local) poderão apontar caminhos para a adaptação das construções populares às condições locais”. David Leite Viana, referindo-se à cidade africana, aponta para a importância das morfologias flexíveis e regenerativas que a caracterizam no sentido de elas serem o resultado da

adaptação à diversidade dos contextos. Segundo esse autor, “é importante a consolidação da proposição de morfologias flexíveis e regenerativas da cidade africana, sensíveis e adaptadas à diversidade dos seus contextos (entendidos no sentido lato do termo: social; ambiental; económico; territorial, etc.), alvitrando formas derivadas das mesmas” (VIANA, 2010, p. 12). Tendo como ponto de partida as perspetivas anteriormente referidas, observaremos as cidades africanas contemporâneas de origem portuguesa, de forma a entender as transformações que se operaram ao longo dos diferentes períodos de ocupação, de modo a identificar características que se enquadrem nos argumentos já referidos. Refletiremos, numa primeira parte, sobre a génese e a evolução dessas cidades no período pré-independência, a qual designamos *cidade histórica* ou *centro urbano*. Depois reflectiremos sobre a cidade pós-independência ou cidade dual, constituída pelo centro histórico e pela periferia. E, por fim, teremos uma conclusão acerca dos temas levantados no início deste artigo: a existência de uma cidade dual nas cidades africanas de origem portuguesa e a relação das estruturas urbanas com o território através da adaptação às condições locais.

A cidade central

A implantação dos primeiros aglomerados urbanos nas cidades africanas de origem portuguesa foi condicionada por diversos fatores relacionados com a adaptação às condições locais e com fatores geográficos do território preexistente associados a necessidades económicas, sociais, ambientais e de defesa. Nesse sentido, o sítio escolhido caracteriza-se por se localizar, na maioria dos casos, junto a baías abrigadas, em zonas onde existiam boas condições para a criação de portos naturais e as condições topográficas permitiam facilmente a implantação de pontos de defesa (é o caso de São Tomé, Ribeira Grande, Luanda, Maputo, entre outras). A proximidade de uma ou mais ribeiras constituía igualmente uma característica do sítio escolhido, uma vez que permitia o abastecimento de água potável às populações (por exemplo como em São Tomé, ou Ribeira Grande). Igualmente, a proximidade de terras que servissem para o cultivo de produtos agrícolas, para a alimentação das populações e apoio aos navios constituía outra das características do sítio para a implantação destes núcleos urbanos. Assim, o desenvolvimento da estrutura urbana é marcado pela presença da baía e da ribeira onde nas proximidades é instalado o núcleo de carácter civil e religioso e também o núcleo, de carácter mercantil, ligado ao porto e aos edifícios cujas funções com ele estão associadas, (normalmente o edifício da alfândega e o edifício da feitoria). A

estrutura urbana inicial destas cidades desenvolve-se assim, a partir de uma pequena rua, junto à costa e paralela ao mar (São Tomé) ou perpendicular (Ribeira Grande). Esse eixo é o elemento estruturador da maioria destas cidades e é ao longo dele que se implantam os edifícios institucionais mais importantes: a casa do capitão, a Misericórdia, a Sé, a alfândega, a câmara ou a cadeia. Denominada muitas vezes por Rua Direita, para além de ligar vários elementos urbanos de grande significado, estrutura uma malha urbana constituída por outras novas paralelas e perpendiculares a esta. Encontramos nestas cidades dois tipos de quarteirões: alongados e estreitos com duas frentes para a rua (rua principal e rua de traseiras), numa primeira fase e outros mais parecidos com o quadrado onde as traseiras dão para o interior do quarteirão, numa segunda fase. Nessa fase de crescimento, o núcleo urbano estende-se para o interior através da implantação de igrejas ou pontos defensivos, criando em muitas situações uma rede viária em estrela, que J. M. Fernandes (1989, p. 248), designa por estrutura “radioconcêntrica” ou “irradiante”. Aqui os traçados são influenciados pelo modo de fazer cidade no continente português no século XV e XVI, onde a influência da teorização acerca da cidade ideal renascentista tem um papel importante.

Posteriormente e durante o século XX, o crescimento destas cidades, é marcado por importantes obras de saneamento (em alguns casos devido à existência de pântanos São Tomé e Maputo, por exemplo), associado ao aparecimento de novos bairros de vivendas isoladas, típicas do Estado Novo, assim como, ao aparecimento de novos edifícios de equipamento (como os antigos cineteatros, os arquivos históricos os mercados municipais, entre outros), que imprimem à cidade o cunho modernista próprio da época. Verificou-se igualmente nesta altura o crescimento da cintura periférica ao centro urbano, em virtude da migração das populações de outras zonas dos países, mais pobre, e atraída pelas ofertas de trabalho proporcionadas pela proximidade do centro urbano. Esse crescimento ocorreu, na maior parte dos casos, de forma espontânea, sem o controlo e sem o apoio político e administrativo. Aqui as casas são de materiais naturais, no entanto de forma simples e modesta (forma quadrangular), muitas delas são só com uma divisão.

Na [década de 1970](#), após a revolução de Abril de 1974 e a independência das colónias africanas, verificou-se em todas elas a saída da maioria dos residentes de origem portuguesa, retornando ao continente português. Porém, nesta altura, em muitas destas cidades houve dois movimentos populacionais – a saída da maioria dos residentes portugueses e o regresso de centenas de refugiados vindos de [outros países](#). Assim, após as

independências desses países, os centros urbanos foram ocupados pelas elites nacionais, mantendo-se as periferias com habitação de apoio à mão de obra que servia os núcleos urbanos. Os centros urbanos (ou cidade histórica) mantiveram-se após a independência, até ao fim do século XX, quase sem alterações; apenas alguns edifícios se foram degradando e estas cidades assemelhavam-se, até há bem pouco tempo, a cidades paradas no tempo. As ocupações, situadas próximo dos limites geográficos dos centros históricos, são preenchidas por populações com poucos recursos e, por esse facto, verifica-se na maioria dos casos a coexistência de habitações associadas a atividades agrícolas. Como refere Isabel Raposo e Cristina Henriques em relação à cidade de Maputo, “a expansão das áreas peri-urbanas, processa-se primeiro, de modo quase mono funcional, com a emergência de atividades económicas e a introdução de equipamentos e serviços de bairro os quais concorrem para o incremento da urbanidade” (RAPOSO, HENRIQUES, 2005, p. 116). O que inicialmente era ocupado por edifícios para habitação passou depois a servir para outras atividades de comércio ou serviço.

A cidade dual

A realidade actual destas cidades, é um desenvolvimento do tipo dual: por um lado, encontramos o centro urbano consolidado, construído no período colonial; por outro, temos as zonas periurbanas nas margens do centro urbano com construções precárias, feitas de materiais naturais, sobretudo de madeira (com cobertura de chapa de zinco), e ocupando grandes extensões de território (Figura 1).



Figura 1 - “Vista aérea de Luanda, ...”. In <http://casadeluanda.blogspot.pt/2009/11/>
Alguns desses assentamentos desenvolveram-se, ainda no período pré-independência, na envolvente da cidade histórica: grandes áreas habitacionais que, segundo a terminologia de José Forjaz, poderemos considerar como sendo assentamentos informais. Segundo esse autor, “o assentamento informal é, na maioria dos casos, a consequência de um processo longo e complexo de ajustamento das famílias, e dos indivíduos, a condições adversas onde os seus interesses, muitas vezes opostos, encontram formas de coexistência num equilíbrio precário mas, apesar de tudo, reconhecido por todos dentro do assentamento informal, ainda que tal nem sempre pressuponha o reconhecimento oficial pelas autoridades” (FORJAZ, 2006, p. 42). Essas zonas são ocupadas pelas populações que, por razões económicas ou mesmo sociais, decidem ocupar um território fora do centro urbano, mas com alguma proximidade em relação a este. Aqui cada indivíduo é o responsável pelas intervenções estruturais, habitacionais, viárias e sanitárias da sua própria casa, sem qualquer preocupação em relação ao espaço urbano coletivo. Apesar de esse tipo de estrutura não ter sido planeada, reconhece-se no parcelamento dos bairros uma hierarquia de vias estruturadas a partir dos caminhos principais de acesso ao centro urbano. Apesar de não serem loteados, no sentido tradicional do termo, reconhece-se neles uma hierarquia de caminhos de acesso às habitações a partir das vias principais de acesso aos bairros (Figura 2). Na maioria dos bairros existe uma rede viária principal periférica constituída pelas vias de acesso à cidade. Não existem estradas acessíveis a viaturas no interior, mas sim alguns arruamentos bastante degradados pelos efeitos da erosão. A rede de caminhos de peões que dá acesso às casas é constituída por caminhos de pé posto (de terra batida), bastante estreitos, degradados pela erosão e muitas vezes estrangulados por outras construções ou pelos seus quintais.





Figura 2 - Bairro do Riboque nas margens da zona central da cidade de São Tomé
Fonte: VIAGEM A S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2010.

Podemos, desse modo, identificar em muitos casos vias de distribuição principais (rodovias), vias em asfalto deteriorado, caminhos de terra batida (caminhos de pé-posto) e ainda outros caminhos mais estreitos e tortuosos, resultante do espaço não ocupado e resultante de acrescentos ou novas construções em bairros já densamente ocupados. Assim, como referem Isabel Raposo e Henriques, também aqui, “o aumento da densidade destes bairros faz[-se] não apenas através da ocupação de espaços livres públicos mas também do aumento da densidade das unidades habitacionais, quer com a subdivisão dos talhões, quer com o aumento do número de construções no talhão, o que confere nova fisionomia às áreas habitacionais”. (RAPOSO; HENRIQUES, 2005, p. 117).

Essa dicotomia, resultante destes dois tipos de assentamentos (pré e pós-colonial), gera situações de segregação social e as estruturas urbanas são constituídas por espaços e edifícios com indícios de suburbanidade com zonas de ocupação bastante precária. A situação de precariedade resulta, em grande parte, da ausência de planeamento e controlo do uso do solo, resultando daí grandes extensões habitacionais sem acesso adequado a infraestruturas básicas e equipamentos sociais. Apesar disso, segundo Forjaz (2006, p. 42), “os assentamentos informais são zonas urbanas em constante crescimento, que não oferecem aos seus residentes condições de vida minimamente aceitáveis, apesar de existirem neles aspetos bastante atrativos, sobretudo no que diz respeito à sua localização favorável em relação aos centros de emprego e de serviços”. A malha urbana que constitui esses bairros é como um somatório de intervenções sem visão de conjunto, sendo os únicos espaços públicos os caminhos de acesso às casas ou aos quintais. As formas de ocupação do solo resultam, desse modo, diversificadas, sem limites precisos, ao contrário do que podemos verificar no traçado colonial. A falta de infraestruturas básicas é visível – o

fornecimento de água potável canalizada, de energia para iluminação pública ou um sistema de remoção de lixo adequado são inexistentes, retirando qualidade de vida e de conforto às populações que habitam nessas áreas. Se por um lado, verificamos baixa qualidade de construção, por outro, verificamos igualmente preocupações de adaptação às condições locais. Embora existam casas de alvenaria de tijolo, a maioria das casas é construída em materiais tradicionais cobertos de zinco ou capim e assente em estaca (tipo palafitas), como é o caso de São Tomé por causa dos solos pantanosos que rodeiam a cidade. As cozinhas e casas de banhos (que nem sempre existem) por vezes encontram-se situadas fora das casas, anexas. Alguns dos aspetos negativos desse tipo de assentamentos são, como para outras cidades africanas, a ocupação de lugares inadequados com risco de inundações devido às fortes chuvas tropicais e a precaridade dos modelos de construção. No entanto, podemos reconhecer a integração na estrutura urbana da cidade, no sistema de ruas e estradas ou na topografia do terreno, uma vez que, tal como se verificou durante o período colonial, esse tipo de assentamentos desenvolveu-se de forma descontínua e com maior densidade junto às vias de acesso ao centro da cidade.

Conclusão

Relativamente ao desenvolvimento urbano das cidades africanas de origem portuguesa, podemos reconhecer em muitas delas uma dualidade no seu desenvolvimento, por um lado a cidade histórica construída no período colonial, por outro a cidade do subúrbio construída essencialmente pós-independência nas margens do centro urbano. Quanto à cidade colonial, podemos reconhecer, como noutras cidades de origem portuguesa, fases de desenvolvimento urbano distintas e onde a adaptação às condições locais e as necessidades relacionadas com aspectos económicos, militares, sociais e ambientais são fatores determinantes. Assim, com a chegada dos primeiros colonos, o tipo de ocupação é essencialmente marcado pela escolha da localização (a maioria delas, junto a baías abrigadas, com boas condições para a criação de um porto natural, com condições topográficas boas para a implantação de pontos de defesa e próxima de uma ou ribeira para abastecimento de água potável às populações). Verifica-se, na maior parte dos casos, a existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga com um crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos). Seguidamente o surgimento de um conjunto de ruas paralelas (ruas principais e secundárias), e perpendiculares às primeiras (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados, de

planimetria retangular, e uma hierarquia de ruas definida pelas ruas principais e secundárias marca outro tipo de desenvolvimento. Posteriormente, o desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente forma quadrangular. Por outro lado, verificamos que na forma de ocupação dos territórios periféricos nas cidades africanas de origem portuguesa (na maioria, constituída por construções precárias e muito deficitária em termos de salubridade e higiene) reconhece-se também uma adaptação às condições locais. Conclui-se que a procura de um sítio adequado para a localização da cidade e os aspetos geográficos, bem como os aspectos económicos sociais e ambientais condicionaram fortemente os primeiros assentamentos e a escolha da localização das primeiras cidades de origem portuguesa em África. Por outro lado, a forma como estas cidades evoluíram e a forma como as periferias se desenvolveram obedecem a critérios associados às condições geográficas locais e também a factores associados a aspectos económicos, sociais e ambientais: crescimento de bairros marginais ao núcleo antigo, desenvolvimento de ruas paralelas e perpendiculares à linha de costa, desenvolvimento aglomerados juntos aos caminhos para o interior da ilha e soluções construtivas adaptáveis ao clima e à morfologia do território.

Verificam-se, tanto nas construções tradicionais do centro urbano do período colonial como nas construções da periferia, algumas semelhanças: casas construídas com materiais naturais, com estrutura em madeira de forma quadrangular, separadas do chão, muitas com varanda a toda a volta da casa, por vezes com coberturas de duas águas e vários anexos (currais, galinheiros, casas para guardar animais domésticos, ou até cozinhas e pequenos arrumos). Tais semelhanças resultam das condições do ambiente. Por outro lado, o facto de inicialmente o núcleo urbano se desenvolver numa zona onde facilmente se poderia construir um porto natural e, mais tarde, se desenvolverem grandes aglomerados populacionais na periferia do centro urbano relaciona-se com factores económicos e sociais, no sentido em que em ambas as situações subsistia o desenvolvimento económico e a procura por melhores condições de vida por parte das populações.

Referências

- [1] AMARAL, I. (2005), Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana. *Finisterra*, v. 40, n. 79, p. 53-72.
- [2] AMBRÓSIO, A. (1970), Manuel Rosário Pinto (a sua vida). *Stvdia*, Centro de Estudo Históricos Ultramarinos, n. 30-31, p. 205-329, ago./dez.
- [3] BRÁSIO, A. (1955), Monumenta Missionária Africana. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, v. III, V e VI. (Coligida e anotada).
- [4] FERNANDES, A. S.; SÁ, M. F. de; Póvoas, R. F. Tradições: entre o indígena e o informal. Endogenia e heterogenia na arquitetura popular em São Tomé. CONGRESSO LUSOMOÇAMBICANO DE ENGENHARIA 6, (2011), Maputo. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57228/2/3042.pdf>. Acesso em: jul. 2012.-
- [5] FERNANDES, J. M. (1989), O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento Histórico-estrutural. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA MADEIRA, 1. Funchal. Actas... Funchal: Governo Regional da Madeira, p. 247-260.
- [6] FORJAZ, A. (Coord.), (2006), Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação & proposta de estratégias de intervenção. Maputo: Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat.
- [7] MADEIRA da SILVA, Teresa (2012). A Cidade Africana Contemporânea de Origem Portuguesa: São Tomé Pré e Pós-independência. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.4, n.2, pp.75-188. (ISSN: 2175-3369).
- [8] MADEIRA da SILVA, Teresa (1999). Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares de Origem Portuguesa. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Texto policopiado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- [9] PORTAS, N. (1995), Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIEN (Org.). *Estudos de História de Arte (Homenagem a Artur Nobre Gusmão)*. Lisboa: Abril, p. 430-435.
- [10] RIBEIRO, O. (1962), Aspectos e problemas da expansão portuguesa. Lisboa: J.I.U.
- [11] RAPOSO, I.; HENRIQUES, C. (2005), (Sub)urbanidade e transformação do uso do solo na periferia de Maputo. *Cadernos da*

- Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa – Cidades Africanas, n. 5, p. 114-123, maio.
- [12] TENREIRO, F. (1956), Cabo Verde e S. Tomé esquema de uma evolução conjunta. Praia: Imprensa Nacional.
- [13] [TENREIRO, F. (1961), A Ilha de São Tomé. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.
- [14] VIAGEM A S. TOMÉ E PRÍNCIPE, (2010). Disponível em <<http://viagemastomeprincipe.blogspot.pt/>>. Acesso em: 21 jul. 2012.
- [15] VIANA, D. L. (2010), Cidade Africana - urbanismo [in]formal: uma abordagem integrada e sistémica. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS [2] AFRICANOS, 7., Lisboa. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/2253>>. Acesso em: 14 jun. p. 1-17.
- [16] [TEIXEIRA, M. C. (1998), VALLA, M. O urbanismo português. Séculos XIII - XVIII. Portugal - Brasil. Lisboa: Livros Horizonte.